

estudo de
Mestrado)
B, 1977.
tec/Polis,
tica, v. I,
na Nova
iências e
em. São

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A LÓGICA DOS AGENTES PRODUTORES*

Mara Lúcia Falconi da HORA**

Resumo: O artigo, apoiado em contribuições de diversos autores, apresenta reflexão sobre a estruturação do espaço urbano e os agentes que participam deste processo. O Estado ocupa lugar destacado em tal discussão por suas ações diretas e indiretas no controle e produção do espaço, das quais decorrem processos de especulação, valorização imobiliária e diferentes formas de organização da cidade.

Palavras-chave: urbanização, produção do espaço, Estado, meios de consumo coletivos.

O século XX tem como uma de suas características mais marcantes a urbanização, que vem ocorrendo em escala mundial. O fenômeno da urbanização não deve ser entendido somente como inversão demográfica, crescimento demográfico da população urbana e declínio da população rural, embora, sem dúvida, a urbanização compreenda esta dinâmica.

Entendemos como Sposito (1991), baseada em Lefebvre, que a urbanização pressupõe a idéia de processo.

Assim remete, necessariamente, à análise da origem e evolução histórica das cidades, em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, ao estágio da divisão social e territorial do trabalho, às transformações de ordem política e social, às manifestações de caráter cultural e estético, às revoluções e contra-revoluções ideológicas e do conhecimento, à Filosofia e à especulação, à Ciência e ao quadro do cotidiano. (p.16)

O processo acelerado de urbanização tem chamado cada vez mais atenção da comunidade científica, da mídia, da elite política, já que a cada dia aumentam os problemas nas cidades (e não das cidades como alguns ainda teimam em afirmar): poluição urbana, crise nos sistemas de saúde e transportes, entre outros.

No Brasil, o ritmo do processo de industrialização, que se acelerou a partir da década de 30, acabou sendo superado pelo ritmo tomado pela urbanização.

Isso pode ser observado na própria inversão da proporção de pessoas que vivem no campo/cidade. Em 1930 aproximadamente 70% da população residia no campo, a partir de 1980, 70% da população vivia nas áreas urbanas. Segundo algumas projeções alcançará 90% até o final do século (em 1991 já era de 75,59%).

A inversão do quadro demográfico brasileiro, aliado ao aumento dos papéis urbanos, produziu nas cidades um quadro aparentemente "caótico"/"desordenado", e fez

* Este artigo representa parte do segundo capítulo, com algumas alterações, da dissertação de mestrado "Projeto CURA III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade?", elaborada e defendida na FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, sob orientação da Professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

** Mestre em Geografia e professora do Curso de Geografia das FIRP – Faculdades Integradas Riopretense.

emergir as contradições da sociedade brasileira na própria forma assumida pelo espaço urbano. Trouxe à tona inúmeros "problemas", como a precariedade e a inexistência de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos adequados que correspondessem à demanda exigida pela população.

No entanto, em que pese a força da dinâmica populacional e o conjunto dos problemas urbanos, a urbanização é antes de mais nada, um processo que se materializa na cidade e, nesse sentido, deve-se buscar seu caráter histórico.

As cidades expressam espacialmente o processo da urbanização e revelam, em sua estrutura, fatores de ordem econômica, social, política, cultural e ideológica, que se territorializam no espaço urbano e mostram as contradições da sociedade.

Analisar a dinâmica da produção do espaço urbano exige o entendimento do processo que a gerou, por isso, remete à urbanização brasileira, sua origem e evolução, ou seja, o entendimento a partir do contexto histórico. Da mesma maneira, não podemos esquecer que a produção do espaço urbano é intrínseca à própria produção de um modo geral.

Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primitiva, e a natureza bruta... É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço. (Santos, 1978, p.163)

Carlos (1994) também desenvolve uma reflexão sobre a relação entre o ato de produzir e produzir espaço, destacando como esse processo encerra contradições:

Há uma relação necessária entre sociedade e espaço. A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc.). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico). (p.22-3)

Temos o espaço dessa forma tanto como condição (tanto da vida humana como da reprodução do capital) quanto como produto, constituindo-se em trabalho materializado, possuindo especificidades em função do processo histórico, do desenvolvimento da sociedade e das forças produtivas. É desse modo uma criação social e histórica, estruturada a partir da divisão do trabalho, o que torna o processo de produção do espaço desigual (Carlos, 1994, p. 24).

Do mesmo modo, é preciso atentar para a relação entre o Estado e o urbano, contextualizar historicamente como as intervenções urbanas são também resultado das ações do poder público.

A partir da industrialização, a urbanização brasileira assumiu um novo caráter, já que o modelo antes baseado na economia agroexportadora, passou a se apoiar na indústria, que promoveu a expansão capitalista no país.

Portanto, essa urbanização precede, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefiniu a partir do momento em que a cidade passa a ser também sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita. (Oliveira, 1982, p.38)

Nesse momento (década de 30), alterou-se a relação Estado e urbano, principalmente através da regulamentação da relação capital-trabalho, depois através da atuação do Estado como produtor para atender a reprodução ampliada do capital, articulando o processo de acumulação. Logo houve uma tendência do processo de industrialização ocorrer em moldes oligopolísticos, isso porque a baixa produtividade do trabalho implicou em altas taxas de capitalização (Oliveira, 1977, p.44-7).

Após a Revolução de 1930, o Estado passou a atuar de modo mais direto na economia, incluindo intervenções relativas à reprodução social. Na substituição da economia agroexportadora pelas atividades urbano-industriais exigiu uma nova postura do Estado inclusive em relação às massas populares, que passaram a lhe dar sustentação política. Isto exigiu o desenvolvimento de políticas que tornaram o Estado o interlocutor das reivindicações populares urbanas, já que eram essas classes que o legitimavam (Bonduki, 1994, p.102).

Pode-se citar, como exemplo, a criação das Carteiras Prediais e Institutos de Aposentadoria e Previdência (1938), que iniciaram o financiamento e a produção da moradia; a Lei do Inquilinato (1942); e a regulamentação dos loteamentos populares, que permitia a aquisição de lotes com pagamento parcelado (1938). Essa preocupação com a questão da moradia deu-se justamente por esta representar um dos mais graves problemas nas cidades (Bonduki, 1994, p.103-4).

A década de 50 foi marcada pela expansão do capitalismo oligopolista no país, e que de forma definitiva, substituiu o modelo agrário-exportador pela industrialização, impondo um novo padrão de acumulação na economia.

No período pós-guerra, por uma série de razões conjunturais, surgiram, principalmente nos grandes centros urbanos, inúmeros movimentos sociais, muitos deles ligados a questões urbanas, em especial as referentes à moradia (Bonduki, 1994, p.103-4).

Sob o governo Vargas, e posteriormente com JK, o Estado passou a intervir de forma direta na economia (que já contava com várias empresas de capital nacional e internacional), investindo no setor produtivo (a Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce) (Oliveira, 1977, p.76-7).

Paralelamente a estas transformações, a sociedade brasileira assistiu à emergência das classes médias, que passaram a "cobrar" mais efetivamente ações do Estado em relação às demandas surgidas nas cidades, enquanto que as classes de renda mais baixa tornaram-se cada vez mais "desassistidas", reforçando ainda mais após 1964, com o Golpe Militar (Oliveira, 1977, p.51).

O período anterior ao Golpe Militar de 1964 foi marcado pela inexistência de políticas urbanas (ou seriam políticas urbanas não institucionalizadas?), o que promoveu um crescimento urbano classificado por muitos autores como "caótico" e "desordenado", representado pela proliferação de loteamentos irregulares baseados na autoconstrução (promovendo a extensão da periferia) e ausência de melhorias urbanas, o que ocorreu de forma mais marcante nas grandes cidades (Kowarick & Bonduki, 1994, p.133).

A favela e a autoconstrução eram (são) as duas "soluções habitacionais" que se colocavam (colocam) para as classes populares e geralmente implicavam no seu deslocamento para as áreas periféricas da cidade, reforçando a tendência à segregação sócio-espacial. Kowarick & Bonduki (1994) afirmam que:

... as políticas públicas do pré-1964 foram marcadas por aquilo que pode ser denominado de "laissez-faire urbano", no sentido de permitirem às volumosas e crescentes

levas populacionais se fixarem onde e como pudessem no cenário metropolitano, acelerando um padrão periférico de crescimento e baseado na autoconstrução de moradias em terrenos "clandestinos" e destituídos de serviços básicos. (p.133)

O Golpe Militar impôs uma nova ordem, rompendo o pacto populista então vigente e instaurando um poder autoritário e centralizador.

Isso significou repressão aos movimentos sociais, bem como a tendência do Estado, através do planejamento urbano, em dirigir suas ações/intervenções privilegiando as classes de maior renda e investindo na aceleração da reprodução do capital.

Santos (1993), entende que tanto nos anos 50, com a ideologia desenvolvimentista, quanto no pós-1964, com o crescimento patrocinado pelo Regime, a ordem era justificar os investimentos públicos na esfera privada (p.102-3). Isto levou a uma priorização dos "... investimentos em capital geral do interesse de umas poucas empresas, em lugar de canalizar os dinheiros obtidos para dar respostas aos reclamos sociais" (p.103)

Há, portanto, um investimento muito maior dos recursos públicos em setores diretamente ligados à reprodução e acumulação do capital, como obras ligadas às comunicações e energia, do que destinadas a obras de caráter social, ligadas à reprodução da força de trabalho.

A lógica dos agentes produtores do espaço urbano

O processo de produção do espaço urbano envolve uma série de agentes, os chamados "agentes produtores do espaço urbano", cujas ações acabam por orientar a forma e os usos do solo na cidade. Essas ações, que se processam tanto diretamente, quanto através de ações indiretas (formulação de leis de uso do solo, por exemplo), interferem na produção e na apropriação do espaço urbano.

Harvey (1980), destaca os seguintes agentes produtores do espaço urbano, com relação ao mercado da moradia, que diferem em determinar o valor de uso e o valor de troca:

- os usuários ou consumidores do solo urbano, sendo que há uma distinção entre os proprietários e os não-proprietários (locatários), pois para os primeiros, comparecem tanto o valor de uso quanto o de troca, enquanto que para os segundos, há apenas a possibilidade do valor de uso;
- corretores de imóveis, que através da comercialização do valor de uso, obtém seus lucros e podem atuar tanto de forma passiva como exercendo pressão no mercado de moradia;
- proprietários rentistas, que tem garantido o direito de auferirem renda em razão da existência da instituição jurídica da propriedade privada e tem na moradia apenas o interesse no valor de troca;
- os incorporadores e a indústria de construção da habitação, que produzem os valores de uso para posterior comercialização e tem interesse tanto no processo de crescimento dos estoques quanto no de renovação de áreas urbanas;
- as instituições financeiras que, de certa forma, através dos financiamentos que efetuam, acabam por controlar a alocação, buscando a menor margem de riscos e a maior lucratividade possível;

opolitano,
rução de

o vigente

o Estado,
gando as

mentista,
stificar os
o dos "...
lugar de

a setores
gadas às
rodução

entes, os
a forma
e, quanto
iferem na

ano, com
valor de

entre os
em tanto
abilidade

tem seus
rcado de

razão da
penas o

uzem os
besso de

mos que
a maior

- as instituições governamentais, que atuam tanto de forma direta (ao atuar na produção de moradias, por exemplo), quanto indireta (através de financiamentos à indústria da construção, incorporadores ou instituições financeiras). Outra forma de participação indireta é no controle do uso do solo urbano.

Na produção da cidade capitalista, é necessário atentar que são vários os agentes que se interrelacionam no processo de produção do espaço. Também é preciso refletir que o processo de produção encerra inúmeros conflitos entre os diversos agentes, e o Estado ocupa "espaço privilegiado" nessa (re)construção da cidade, pois através da produção e gestão dos meios de consumo coletivo também mediatiza as contradições e os conflitos de interesse.

Rodrigues (1988) também desenvolve uma reflexão extremamente relevante sobre como se dá essa produção no circuito imobiliário urbano, colocando em primeiro lugar a questão da propriedade privada da terra, já que seu preço é definido pelo monopólio, sendo redefinido pela produção social da cidade. Isso leva a uma distinção entre os que priorizam na terra o valor de uso, ou seja, aqueles que tem a moradia e fazem uso da mesma (ou mesmo sub-aloçam parte desta para garantir sua sobrevivência), e os que detém a propriedade como valor de troca, e que podem lançar mão de várias estratégias para obterem renda, como através da manutenção da terra vazia aguardando "valorização" (que se realiza através da produção social da cidade).

Com relação a discussão efetuada sobre valor de uso e valor de troca, Rodrigues (1988) aponta existir uma distinção fundamental, pois considera que aqueles que são proprietários de um único lote e sub-aloçam parte de sua moradia, como forma de complementar os baixos salários recebidos, não podem ser considerados proprietários capitalistas:

... embora suas casas sejam "usadas" como valor de troca, não as considero simplesmente como um suporte para a valorização do capital, pois na maior parte dos casos, é uma forma de garantir a sobrevivência do proprietário... é importante salientar que aqueles que de fato lucram com a cidade é uma minoria (p.61-2)

A terra, enquanto valor de troca, pode tanto ser comercializada com ou sem edificações (na forma de loteamentos), e caso empreenda o "negócio" individualmente, o proprietário obtém tanto a renda, quanto o lucro. Deve-se ressaltar que a terra e a moradia não tem seus preços ditados pela lei da oferta e da procura, ou seja, os preços que se constituem não diminuem necessariamente se a idade dos imóveis é maior ou se há aumento do número de loteamentos na cidade.

O papel representado pelos incorporadores imobiliários e pela indústria da construção é também representativo, haja visto a produção dos valores de uso para a comercialização, procedendo o parcelamento do solo e variadas formas de edificações (apartamentos e condomínios de luxo, destinados à classes de maior renda, e os loteamentos populares, quase sempre desprovidos de infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo, para as classes de baixa renda, em geral vendido em prestações). Neste último tipo (o loteamento popular), as casas são geralmente produzidas através do regime de autoconstrução.

...Todos os agentes citados aparentemente produzem individualmente e apenas para si. Na verdade, é produção social, pois dada à própria distribuição da população em classes sociais, a divisão social e territorial do trabalho traduz-se em formas diferentes de

apropriar-se deste espaço. São formas individuais, mas não independentes. (Rodrigues, 1988, p.107-8)

A análise mais pormenorizada da intervenção do Estado na produção do espaço urbano revela-se bastante complexa, uma vez que o mesmo desempenha diversos papéis nesse processo: através do seu poder de polícia, atua regulando o uso do solo, do poder de domínio, desapropriando áreas de interesse coletivo; atuando como empreendedor e na medida em que as intervenções (diretas ou indiretas) acabam por interferir na orientação dos usos do solo (Villaça, 1978, p. 31).

Nesta lógica, o poder público é o agente que determina (embora também seja determinado pela sociedade) a instalação do conjunto de infra-estrutura e equipamentos coletivos, interferindo, portanto, sobre a territorialidade dos benefícios, sobre a forma como o novo (e o velho) espaço urbano será (re)estruturado e, consequentemente, o processo de urbanização não pode ser entendido sem a compreensão do papel do poder público.

A análise de como o Estado vem intervindo na dinâmica de estruturação do espaço urbano coloca-se fundamental na discussão dos processos de produção e apropriação da cidade.

... A rigor, os equipamentos coletivos deveriam beneficiar todos os moradores da cidade. Porém verifica-se que para serem utilizados é necessário uma capacidade de pagar que depende do lugar que os moradores ocupam no interior da divisão do trabalho, e que define o seu lugar na cidade. (Rodrigues, 1988, p.55)

O provimento de infra-estrutura em determinadas áreas acaba produzindo valorização diferenciada, muitas vezes promovendo a especulação imobiliária.

Uma das dimensões mais importantes para a discussão dessa problemática refere-se ao fato de existir no Brasil (desde a Lei de Terras de 1850) a instituição jurídica da propriedade privada, que transformou a terra em mercadoria, não uma mercadoria qualquer, mas sim "particular", "especial", "sui generis", como bem define Rodrigues (1988).

Um primeiro ponto a ser abordado, com relação a essa mercadoria, refere-se ao fato de não ser criada pelo trabalho. Em que pese a ausência de solo urbano intocado pelos homens, o preço da terra se define sem que haja nenhum trabalho produtivo diretamente na própria terra, no próprio terreno. A terra aumenta de preço pelo trabalho social realizado nas suas imediações, na cidade, seja através e principalmente hoje, da atuação do Estado, com as obras de infra-estrutura, dos equipamentos coletivos, ou mesmo da produção da habitação estatal, individual - autoconstrução ou empreendimento capitalista. (p.79-80)

O preço da terra é assim diferenciado por várias determinantes: ordem natural ou sócio-econômica, bem "de longa duração", não ser reproduzível. O fato de "valorizar-se" decorre da produção social da cidade, e não da valorização em si da terra. Acontece que há, no sentido de garantir a reprodução dessa estrutura, aparentemente contraditória ao sistema capitalista, sua fetichização, como se a terra fosse auto-geradora de renda (Rodrigues, 1988, p.79-80).

O Estado, conforme já colocado, ocupa um papel destacado no processo, na forma de mediador dos conflitos entre os agentes, na forma de produtor direto do espaço ou regulando o uso do solo urbano.

Na cidade se verifica também a intervenção em áreas já dotadas desses equipamentos, que passam, portanto, por processos chamados de "renovação urbana". Singer (1982) coloca de forma bastante clara os rumos que geralmente tais intervenções desencadeiam:

...os antigos moradores destas áreas nada ganham com a renovação. Não tendo poder aquisitivo para continuar na zona renovada, são obrigados a se mudar, o que significa o mais das vezes maior distanciamento do trabalho, quando não perda do mesmo, pagamento de aluguel mais elevado (porque a renovação urbana reduz a oferta de alojamentos baratos) e a perda de relações de vizinhança, o que, para pessoas pobres e desamparadas, pode ser o prejuízo mais trágico (p.33)

A dinâmica da produção da cidade no país, a partir do estágio do capitalismo monopolista, vêm privilegiando o atendimento dos grupos hegemônicos, como bem coloca Santos (1990):

... o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos (p. 95)

Todos estes elementos demonstram que o Estado, e as ações que o mesmo conduz, não são neutros, mas, ao contrário, revelam a sociedade dividida em classes, da qual apenas uma parcela tem obtido maiores privilégios. Portanto, o papel do Estado tem sido, por um lado, o mediador das contradições de classes (afinal vivemos uma democracia (?)), promovendo a regulação dos conflitos e mantendo o sistema vigente e as contradições que o mesmo encerra, mas, por outro lado, suas ações, como produtor do espaço, caminham no sentido da reprodução capitalista da cidade, ou seja, na (re)produção de uma cidade anti-democrática.

Atualmente, em função da crise econômica e das opções político-administrativas do Estado, vários problemas presentes na cidade vêm se agravando

Nas cidades médias também se desenvolve a dinâmica observada nas grandes cidades, ou seja, se observam as mesmas formas de produção do espaço urbano. Por isto, apresentam problemas como a favelização, a periferização, aliada à ausência de equipamentos e infra-estrutura urbana, os vazios urbanos, a falta e a má qualidade do transporte coletivo, entre outros, o que exige propostas que venham a minimizar/superar os problemas.

Enfim, todos os processos estão imbricados no modo como a sociedade brasileira está estruturada, no modo de produção vigente, e mais especificamente nas formas de produção do espaço e os mecanismos que a deliberam.

O processo de urbanização no Brasil tem sido marcado por uma acentuada exclusão social, que se expressa em segregação espacial. Ou seja, o espaço urbano materializa territorialmente a divisão da sociedade em classes e a divisão social do trabalho.

O urbano, enquanto locus de acumulação do capital, irá submeter o trabalhador. Ele, como trabalhador, irá ajudar a construí-lo, mas não terá acesso, na maioria das vezes, àquilo que construiu. A cidade é construída por ele, mas não para ele e se expande de forma a reforçar as desigualdades sociais existentes. (Bógus, 1981, p.23)

Este processo é perceptível na forma assumida pelo espaço urbano: condomínios fechados horizontais, situados longe dos centros, da poluição, da violência urbana, condomínios verticais, localizados nas zonas mais bem equipadas (espaços ocupados pelas classes de alta renda), extensa periferia onde se alocam as classes de baixos rendimento, os loteamentos populares (havendo uma distinção entre os regulares, produzidos de acordo com as leis vigentes, e os irregulares, produzidos sem o atendimento às exigências legais), a autoconstrução ou a construção "por empreitada". É neste espaço que estão também localizados os conjuntos habitacionais populares (financiados com recursos advindos dos tributos recolhidos do FGTS dos trabalhadores e cadernetas de poupanças, fundos sociais geridos pelo Estado) e a favelização, que geralmente ocorre nas áreas públicas, e esta situação vem se agravando cada vez mais, paralelamente ao empobrecimento acentuado das classes trabalhadoras.

A segregação espacial é um processo que se materializa através do privilégio de determinadas áreas para a implementação dos bens de consumo coletivo, ocupadas pelos mais ricos, enquanto as áreas "reservadas" à imensa maioria pobre da sociedade geralmente não conta com uma ampla rede de benfeitorias, embora este seja um fator fundamental para a reprodução social. A segregação sócio-espacial é a tônica generalizada da cidade capitalista.

Os elementos necessários à reprodução social, ou à reprodução da força de trabalho são, em geral, chamados de bens de consumo coletivo e se referem ao conjunto de serviços: como saneamento básico, saúde, transportes, rede de água, esgoto, luz, pavimentação, educação, lazer, que são consumidos coletivamente por toda a sociedade e são necessários à sua reprodução. Além do mais, são indicadores das condições de vida dos que habitam em cidades.

Principalmente nas grandes cidades, mas também em cidades médias e pequenas, que tem sua (re)produção espacial comandada pela mesma lógica, tem se manifestado de forma mais marcante uma enorme carência desses bens, sendo que a questão geralmente comparece sob o rótulo de "problemas urbanos", "caos urbano" ou "cidade desordenada".

Mas a carência desses bens não está colocada para toda a sociedade, mas sim para a população pobre, que habita a periferia urbana, lócus concentrador da pobreza das cidades.

O termo periferia urbana pode ser utilizado em dois sentidos, podendo ser inclusive contraditórios. Pode ser utilizado, por um lado, para referir-se às chamadas "franjas" ou "bordas" urbanas, que seriam os loteamentos que se encontram nos limites da mancha urbana mais compacta, e que podem abrigar tanto uma população de alta renda (como os condomínios fechados, com "muito verde, segurança e conforto"), quanto abrigar população de renda baixíssima (logicamente com atributos diametralmente opostos aos dos condomínios fechados). Periferia pode representar, por outro lado, a idéia de áreas desprovidas de meios de consumo coletivo, e que não são necessariamente distantes do "centro urbano".

No caso do presente trabalho a expressão periferia urbana será utilizada nesse segundo sentido, ou seja, não como manifestação de uma territorialidade periférica em relação ao conjunto do tecido/malha urbana. A expressão periferia será tomada como referência para o baixo nível de acesso ao conjunto da cidade, sob a perspectiva de uma espacialidade que se constitui também através da localização dos bens de consumo coletivo.

domínios
da urbana,
dados pelas
mento, os
de acorde
as legais,
o também
vidos dos
os sociais
as, e esta
acentuado

vilégio de
das pelas
eralmente
amental
a cidade

trabalho
junto de
to, luz,
iedade e
vida dos

pequenas,
estado de
almente
ada".
a para a
idades.
clusive
gas" ou
mancha
omo os
abrigar
aos dos
e áreas
es do

nesse
ca em
como
e uma
esumo

Ao analisar as condições de vida nas grandes cidades, Kowarick (1980), trabalha com dois conceitos significativos para o melhor entendimento da reprodução do espaço urbano: a exploração e a espoliação, em que discute o acentuamento da pobreza na população brasileira.

A exploração decorre diretamente do acirramento das relações que envolvem força de trabalho e capital; principalmente a partir do período conhecido como "milagre brasileiro", quando, sob o comando do Estado autoritário obteve-se as maiores taxas de crescimento econômico e expansão industrial verificadas até o início da década de 80. Ao mesmo tempo, imbricado à esse processo ocorre a depressão dos salários pagos aos trabalhadores, especialmente aqueles remunerados através do salário-mínimo, promovendo queda nos padrões de consumo essenciais e o seu conseqüente empobrecimento. Tudo isso é claro, fundado numa política de repressão em diversas esferas (sindicatos, partidos, movimentos sociais) necessária para o alijamento dos benefícios que o crescimento "milagroso" operou. Alia-se a tudo isso um vasto "exército industrial de reserva", que garante a qualquer momento a substituição da mão-de-obra.

A espoliação refere-se mais à deterioração das condições de vida nas cidades, também diretamente ligadas ao processo de acumulação, e da qual faz parte toda a rede de serviços, equipamentos e infra-estrutura urbana, em grande parte ausente ou extremamente precários nas periferias. Ou seja, a espoliação urbana seria o processo de exclusão das classes trabalhadoras dos benefícios produzidos socialmente. Dessa forma, todo o conjunto de infra-estrutura, equipamentos e serviços, resultado do esforço coletivo da sociedade, via impostos, que, na imensa maioria das vezes são resultado da atuação do Estado, tem sua implantação condicionada à renda auferida pelas diferentes classes sociais. Para Kowarick (1980) esses dois processos são imprescindíveis para fazer funcionar a engrenagem da acumulação. Por trás dos processos de exploração e espoliação, desempenhando papel de destaque, encontra-se a figura do Estado.

Rocha (1994, 121-4), em estudo mais recente, trabalhou indicadores de renda e pobreza para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, destacando as diferenças existentes entre o núcleo (a cidade principal) e a periferia metropolitana. No início da década de 90, o agravamento da miséria e das péssimas condições de vida em nosso país ganhou ampla repercussão, tornando-se um fenômeno mais visível do que era até então, o que inclusive levou a mobilização de setores da sociedade na busca de minimizar esse quadro¹.

Esse processo está diretamente ligado aos novos modos de inserção da economia brasileira em escala mundial, à nova divisão internacional do trabalho, e a recessão generalizada que foi a tônica dos anos 80. Essa crise também se refletiu numa falta de recursos do setor público (e logicamente nas prioridades estabelecidas pelo governo), que atravessou a década com uma diminuição crescente de verbas necessárias para o atendimento das demandas urbanas, em razão do aumento da população absoluta nas cidades, e poderá agravar a exclusão social, como discutem Kowarick e Campanário (1994):

¹ Uma das mobilizações de maior repercussão é a Campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, inicialmente coordenada pelo sociólogo Hebert de Souza - o Betinho, num movimento nacional supra-partidário que envolve grande número de instituições sociais (igrejas, partidos, sindicatos, etc). Outro movimento muito expressivo é o dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (M.S.T.), que lutam pela Reforma Agrária no país e pela melhoria das condições de vida do trabalhador rural.

Os programas de estabilização imprimiram uma recessão crônica durante quase toda a década de 80, com altos custos sociais, inclusive mais um surto de concentração de renda. A desigualdade sócio-econômica... se acentua, apesar do caráter progressista da Constituinte de 1988 e da democratização do sistema político... (p.54)

Para Rocha (1994), dois fatores principais concorrem para o agravamento da pobreza relativa: os altos índices de inflação (que corroem os salários especialmente dos mais pobres) e a estagnação da renda per capita na década de 80, agravando a separação entre ricos e pobres:

... Assim, enquanto 1% de indivíduos no extremo superior da distribuição de rendimentos, que percebiam 13,0% do total de rendimentos em 1981, passou a perceber 14,6% em 1990, os 10% de indivíduos mais pobres tiveram sua participação no rendimento reduzida de 0,9% para 0,8% no mesmo período. (p.122)

Esse quadro agrava-se nas cidades, especialmente nas metrópoles, em razão das chamadas carências urbanas, vinculadas ao provimento e acessibilidade aos meios de consumo coletivos, e a uma economia essencialmente monetária (na qual inexistente produção de alimentos, por exemplo), que intensificam os contrastes sociais e agravam a violência urbana.

A reflexão sobre a crise nas cidades tem gerado um grande número de estudos e debates², que tem relacionado o fenômeno ao processo de globalização e ao modo como o Estado tem se posicionado (política, econômica, social, e juridicamente):

... A intervenção elitista do Estado no que concerne aos investimentos urbanos e ao mercado imobiliário especulativo foram os mecanismos considerados como centrais na explicação dos fortes contrastes das condições urbanas de vida e da segregação social vigente nas cidades brasileiras durante o período desenvolvimentista. A globalização e a reestruturação estão fazendo surgir o fenômeno da exclusão social, que se traduz pela perda da renda e do trabalho estável e formal e pela ruptura de laços sociais e bloqueio ao acesso ao sistema de habilitação que promove a integração social. Em consequência, torna-se necessário repensar o modelo de política urbana, uma vez que o segmento excluído somente será integrado por ações focalizadas e descentralizadas, orientadas tanto por objetivos redistributivos como pela instauração de uma economia fundada em relações de solidariedade. (Ribeiro & Santos Jr., 1994, p.17)

Rocha (1994) constatou em seu trabalho uma estabilidade no número de pobres existentes, bem como em relação às condições de vida, para o conjunto das metrópoles. Isso estaria ligado tanto à queda nas taxas de fecundidade quanto à menor atração das metrópoles para a população migrante, além da introdução de mais membros da família no mercado de trabalho para manter as mesmas condições de vida:

... Também determinante para o não-agravamento da pobreza absoluta medida por esses indicadores foi o fato de que, frente à crise econômica e à redução real dos

² Como o recente Habitat II - Conferência Internacional da ONU (Organização das Nações Unidas), que ocorreu em julho de 1996, em Istambul, na Turquia. Discutiu-se a urbanização no mundo e planos de ação para enfrentar os problemas urbanos.

rendimentos do trabalho, particularmente dos salários mais baixos corroídos pela elevada inflação, as famílias aumentaram a sua participação no mercado de trabalho. Na verdade, a entrada de trabalhadores secundários no mercado neutralizou a queda de rendimento familiar per capita nos grupos de baixa renda, evitando o agravamento da pobreza absoluta. Considerando exclusivamente esse aspecto, seria forçoso reconhecer que as condições de vida certamente se deterioraram, pois foi necessário reduzir o lazer e a disponibilidade de tempo dedicado à família para manter o nível de renda anterior. (Rocha, 1994, p. 141-2)

Conforme já colocado, a "problemática" das carências urbanas necessita de grandes investimentos de capital para ser resolvida. Aliada à baixa rentabilidade (muitas vezes nenhuma) desses investimentos, o Estado é chamado a intervir, já que o setor privado não se interessa em atender essas questões.

Como o capital não produz elementos necessários aos valores de uso do complexo urbano, que não estejam diretamente vinculados às condições de sua rentabilidade, tais como a infra-estrutura e os equipamentos de uso coletivo: como os salários pagos à maioria dos trabalhadores não permitem adquirir todas as mercadorias necessárias (por mínimas que sejam) à reprodução da força de trabalho, será o estado, através de todas as suas instâncias, que se encarregará do financiamento, da produção e do gerenciamento, enfim, da provisão de determinados valores de uso - os meios de consumo coletivos - necessários à produção, que viabilizem a cooperação capitalista e a reprodução da força de trabalho. (Rodrigues, 1988, p.109)

A complexidade que envolve a produção desses valores reflete o que é, na realidade, o Estado, e a quem, em essência, o mesmo serve, a partir da reflexão sobre as políticas públicas urbanas, que norteiam os investimentos em determinados setores e não em outros, em determinados espaços e não em outros... Assim, o modo pelo qual o Estado atua provoca o "fetiche da cidade", ou seja, por ser difícil perceber a produção social do espaço urbano, forma-se uma idéia de que as classes de maiores rendimentos "contribuiriam mais" para essa produção e por isso usufruiriam de maior qualidade de vida.

Ora, toda a sociedade, portanto, todos os indivíduos que a compõem, produz a cidade, embora na aparência pareça não fazê-lo: do proprietário que deixa a terra ociosa, sem cumprir sua função social, esperando que essa aumente de preço, àquele indivíduo "completamente excluído" da mesma (com os mendigos, que por vezes submetem-se ao não-morar), todos participam dessa produção social.

Há que ressaltar, que no modo de produção capitalista não existem indivíduos à margem do processo de acumulação: todos estão integrados no circuito do capital. Mesmo aqueles excluídos - temporariamente ou não do mercado de trabalho, não estão "fora do sistema", mas acham-se integrados na qualidade de ofertantes da força de trabalho, que via de regra é absorvida de forma inintermitente. (Bógus, 1981, p.22)

A criação do BNH é um exemplo flagrante de como foi orientada a produção do espaço, através da planificação urbana (largamente difundida após o Golpe Militar), e que contribuiu muito para o crescimento "caótico" das cidades, e também estimulou o mercado

imobiliário/construtor especulador. Exemplo disso seriam os conjuntos habitacionais construídos em lugares distantes da malha urbana, que encarecem a instalação de infraestrutura e "valorizam" áreas vazias no interior da cidade.

Mesmo aquelas políticas, que foram propostas com o discurso de conter a especulação imobiliária, tem se revelado dinamizadoras do mercado, como foi o caso do Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), um dos programas de financiamento do extinto BNH.

Apesar de utilizar recursos do trabalhador (FGTS) para implementar os bens de consumo coletivos, constatou-se em diversos trabalhos de pesquisa que, em vários dos programas implantados, ao "chegar" o propalado desenvolvimento urbano (entendido aqui como um conjunto de melhorias) provocou a elevação do preço do solo, dos tributos, promovendo a especulação imobiliária e "expulsando" aqueles que não mais poderiam pagar por aquela localização.

Entretanto, no discurso do poder público (e dos políticos que ocupam cargos durante a execução dos projetos) os benefícios são tratados como "dados", como se o administrador por ser "solidário, bom para a população" estivesse fornecendo, enquanto pessoa, os benefícios. Como se o trabalhador não tivesse nenhuma relação com a produção do espaço da cidade, como se não pagasse impostos (e são esses que são distribuídos através das intervenções públicas no espaço), como se fosse alheio/marginal a produção marginalizado, de fato, muitas vezes através de políticas urbanas espoliativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA FILHO, J. O Projeto CURA no Parque Guanabara: uma política-programa de renovação urbana em Londrina. São Paulo, 1985. 318p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BÓGUS, L. M. M. Vila do Encontro: a cidade chega à periferia: notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho. São Paulo, 1981. 82p. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- BONDUKI, N. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, Passado e Presente*, 1994, p.96-130.
- BONDUKI, N., KOWARICK, L. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.133-65.
- CAMPANÁRIO, M. de A., KOWARICK, L. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, Passado e Presente*, 1994. p.53-69.
- CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994. 270p.
- HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HORA, M. L. F. da Programa CURA III na Zona Leste: exemplo de intervenção do poder público em Presidente Prudente. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 4, 1995, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: AGB/AUTEC, 1995. p.42-5.
- KOWARICK, L. A espolição urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

acionais
de infra-

conter a
caso do
ogramas

bens de
rios dos
do aqui
tributos,
boderiam

a cargos
mo se o
enquanto
rodução
tribuidos
rodução:

ograma
rado em
de São

sobre as
dho. São
banismo,

ARICK,
94, p.96-

alismo à
de: São

ole do
ARICK,
p.53-69.
270p.

do poder
GRAFIA

LEBEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 6, p. 50-54, 1982.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, S. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS JÚNIOR, O. A. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.121-45.

RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS JÚNIOR, O. A. O futuro das cidades brasileiras na crise. In: _____ (Orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p.11-19.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento ou reforma urbana: concepções e contradições. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA**, 3, 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE - Projeto Editorial - DGC/DEPIN/DIPRO, 1993. p.107-15

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade, um estudo do processo de ocupação de terras - Osasco**. São Paulo, 1988. 417p. (Tese de Doutorado) - Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

SILBER, P. I. Uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SPOSITO, M.E.B. Cidades, dissonância, distensão, construção. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA**, 3, 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE - Projeto Editorial - DGC/DEPIN/DIPRO, 1993. p.63-9.

SPOSITO, M.E.B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**. São Paulo, 1991. 384p. (Tese de Doutorado) - Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VALLAÇA, F. **A intervenção pública sobre o uso do solo urbano: uso do solo urbano**. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1978.